

Mineração e Igreja

A história da mineração no Brasil, desde o início da colonização, sempre teve presença relevante na apropriação de terras, exploração da mão de obra barata, escravidão de povos indígenas e de negros, somando-se aos trabalhadores e trabalhadoras pobres e usados como massa de manobra para os interesses da Coroa Portuguesa e dos consecutivos donos de propriedades, latifúndios e capital econômico. No século XVIII, a produção minerária do ouro gerou fortemente a imposição do domínio colonial, arrecadação fiscal e controle do território de minas. São muitas Minas em Minas ocasionando a corrida extrativista desenfreada que se configurou na riqueza dos aglomerados de empresas enriquecidas sobre a miséria do povo e das cidades. O neoextrativismo atual origina-se de séculos de exploração dos recursos naturais e detrimento do meio ambiente humano e social. Governos progressistas e conservadores se parecem na mesma ótica da expropriação da vida. Mas há os que têm olhar complacente sobre a ecologia e economia.

Há o que se discutir na questão da soberania: de quem é a terra, a água e a quem pertence o solo e o subsolo? Para onde vai a riqueza produzida pelos trabalhadores? A riqueza vai, como diz a música, e a pobreza fica. De que adianta aumentar os tributos sobre a extração do minério de ferro, por exemplo, se não se vê a resposta positiva aos investimentos sociais, culturais e com a saúde do povo? Há uma tendência e articulação atual cada vez mais aberta às licenças de projetos ambientais devastadores do meio ambiente e da vida humana. A construção de barragens, à revelia, demonstra o quanto não se pensou nas comunidades e populações em áreas de risco. Hoje pensamos: Mas como se deu esse tipo de construção sem que houvesse a devida aprovação popular? Estamos colhendo hoje a falta de não termos dado ouvidos às profecias bíblicas, ao MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), a Dom Luciano e àqueles que viam sempre a terra como mãe e irmã de nossa convivência. Os povos indígenas são nossos educadores no contato com a Mãe Terra, a Pachamama, e são os mais prejudicados na história desde as primeiras colonizações. O povo grita por socorro diante das barragens, da mineração desenfreada e dos desmandos do poder econômico que só visa ao lucro.

A Igreja sempre se posicionou criticamente à dominação imposta pelos projetos minerários. Já no período colonial, a Coroa Portuguesa via os religiosos como "persona non grata" ou nocivos aos interesses extrativistas. Eram acusados de conscientizarem o povo a não pagamentos de impostos e de alimentarem sedições, levantes populares e reivindicações diante dos poderosos de então. Haja vista que a Inconfidência Mineira tinha presença de vários expoentes padres e pessoas de bem, como frades e clérigos. A expulsão dos jesuítas exemplifica a perseguição política no tempo do Padroado. A história das Irmandades remonta à organização de leigos na história de Minas Gerais. Igrejas foram construídas e o patrimônio artístico, cultural e religioso se torna marcante nesse período, apesar das contradições advindas da realidade predominante. O espaço de socialização acontecia nas irmandades e grupos religiosos. A interação existe onde as pessoas se unem pela boa causa.

Nos tempos atuais, vemos o olhar e ação de um pontífice que convoca ao olhar franciscano da natureza, que ele defende ardorosamente como Casa Comum. Também nossos bispos propugnam e levantam as frentes de promoção da vida ambiental e humana. Teremos mais um Fórum Social para repensar nossa luta pelo que ainda resta de humano e socialmente produtivo das forças populares e pastorais. A Igreja sempre se faz presente!!!

Pe. Paulo Barbosa